



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Mensagem nº 003/2003

Cordeirópolis, 14 de fevereiro de 2003.

Recebido(a) em 10/02/2003

às 13:14 horas.

*[Assinatura]*  
Secretaria Administrativa

Paulo César Tamiazo  
Coordenador de Secretaria

*Excelentíssimo Senhor Presidente*

Tornamos novamente à presença de V. Excia, bem como de toda essa *Colenda Casa Legislativa*, a fim de submeter à apreciação de tão ilustres *Legisladores* o presente Projeto de Lei, o qual trata especificamente da *criação do Conselho Municipal de Saúde*

É de todo o conhecido que a saúde em nosso país é sôfrega, pecando na base quando se propõe a atender aos anseios dos cidadãos necessitados, mesmo porque a doença não escolhe dia e hora marcada para surgir. Simplesmente surge. As pessoas acometidas do mau, como não póderia deixar de ser, buscam incontinentemente socorro médico. Ai, na maioria das vezes, começa a longa e difícil caminhada, especificamente, quanto a busca de especialidades.

Isto em razão do Estado e da União não estabelecerem uma política alicerçada de saúde que venha de encontro aos anseios de nosso povo. Adotam-se sempre medidas paliativas, por vezes estéreis. Os cidadãos de menos condições são os que mais sofrem com isso. O Poder Público deve ir em direção a todos, mas, também, deve priorizar estes que dependem exclusivamente do Estado.

Embora, caibam à União e ao Estado *em primeiro plano prover o povo de saúde, o Município deve agir concomitantemente nesse campo, mesmo porque o povo vive nessa célula "mater" da nação.* O município de Cordeirópolis, portanto, está agindo nesse sentido com a criação de um novo *Conselho Municipal de Saúde*, cujas funções serão de *caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, com órgão colegiado superior responsável pelo Sistema Único de Saúde "SUS" e terá como objetivo principal estabelecer, acompanhar e avaliar a política municipal de saúde e efetivar a participação da comunidade na Gestão do Sistema.*

Isto posto, nesta oportunidade, vislumbramos a possibilidade de cooperação mútua envolvendo o *"SUS" – Sistema Único de Saúde* em nosso município, agora sob nova óptica, tudo de conformidade com o estabelecido no presente projeto de Lei que se faz acompanhar da solicitação do *Chefe do Departamento de Saude do município.*

Considerando a urgência da matéria aqui tratada, solicitamos os benefícios do *art. 53 e seus parágrafos da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis.*

*continua*





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PL/CMS

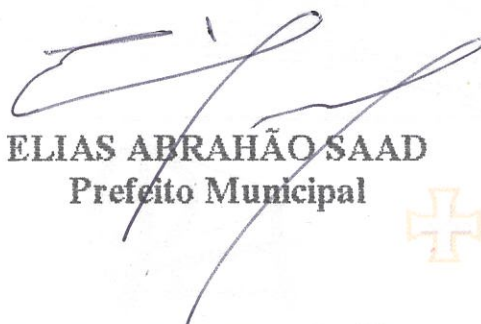
continuação

fls.02

*Assim sendo, solicitamos de todos os insígnies legisladores municipais, através do elevado espírito público que cada um é dotado, que seja o presente lido, discutido e, finalmente aprovado para o goáudio de toda comunidade cordeiropolense.*

*Nada mais havendo para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. Excia, bem como aos demais pares dessa singular Casa de Leis, os nossos protestos de estima, consideração e distinguido apreço.*

Atenciosamente,



ELIAS ABRAHÃO SAAD  
Prefeito Municipal





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

## **PROJETO DE LEI Nº 9** **DE 17 DE FEVEREIRO DE 2003.**

18

Cria o conselho municipal de saúde.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO:**

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Cordeirópolis, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei;

**Art. 1º** - Fica criado nos termos da legislação Federal, Estadual e Municipal que regem a matéria, o Conselho Municipal de Saúde – CMS, com funções de caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, com órgão colegiado superior, responsável pelo Sistema Único de Saúde – SUS – no município de Cordeirópolis, com o objetivo de estabelecer, acompanhar e avaliar a política municipal de saúde e efetivar a participação da comunidade na Gestão do Sistema.

**Art. 2º** - Compete ao Conselho Municipal de Saúde:

- I - Atuar na formulação da estratégia e no controle da execução da política municipal de saúde, incluída os aspectos econômicos e financeiros;
- II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços;
- III – O acompanhamento, a avaliação e divulgação do nível de saúde da população e das condições ambientais;
- IV – Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, prestadas à população pelos órgãos e entidades públicas e privadas, integrantes do SUS no Município, impugnando aqueles que eventualmente contrariam as Diretrizes da Política de Saúde ou Organização do Sistema;
- V – Definir, acompanhar e controlar a atuação do setor privado na área da saúde credenciado mediante contrato ou convênio;
- VI – Aprovar e fiscalizar o plano e aplicação a cargo do Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a movimentação de recursos.
- VII – Participar em articulação com o Estado, do planejamento e da programação da rede regionalizada de ações e serviços de saúde.
- VIII – Participar da elaboração e atualização periódica do Plano Municipal de Saúde.

**Art. 3º** - O Conselho Municipal de Saúde será composto por representantes do Poder Público, Prestadores de Serviços de Saúde, de Profissionais de saúde, e de usuários, cabendo a estes últimos representações paritária em relação aos demais, todos nomeados pelo Prefeito Municipal, com a seguinte composição:

Representação do Poder Público:

continua





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Projeto de Lei nº

continua

fls.02

- a) 01 representante da Secretaria Municipal da Saúde ou de Secretaria Estadual de Saúde.
- b) 01 representante de Secretarias Municipais.
- II – Representação dos Prestadores Privados dos Serviços de Saúde:
  - a) 01 representante de entidades filantrópicas;
  - b) 01 representante de entidades com fins lucrativos
- III – Representação dos Profissionais de Saúde:
  - a) 01 representante de associações de profissionais de saúde.
- IV – Representação dos usuários:
  - a) 01 representante de entidade congregada de sindicatos de trabalhadores urbanos e/ou rurais;
  - b) 01 representante de clubes de serviços e de entidades assemelhadas;
  - c) 01 representante de associações de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
  - d) 01 representante de programa de movimento religioso de defesa da saúde;
  - e) 01 representante de associações de moradores.

§ 1º - As indicações dos representantes a que se refere os incisos I, II, III e IV, serão efetuadas pelas respectivas entidades ou pelos participantes dos movimentos populares, e encaminhados ao Secretário da Saúde.

§ 2º - A Secretaria da Saúde dará ampla publicidade ao procedimento de seleção dos membros do Conselho, a fim de que dele participem todas as entidades representativas dos segmentos referidos nos incisos II, III e IV.

§ 3º - Fica vedada a escolha de representante de entidade ou movimento, já com assento no Conselho, para, num mesmo mandato, representar outro movimento ou entidade.

§ 4º - Será dispensado o membro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou seis intercaladas no período de um ano.

§ 5º - O Secretário de Saúde integrará o Conselho na qualidade de membro nato e presidirá, com direito a voz e também a voto de qualidade, que será exercido apenas em caso de empate em duas votações sucessivas.

§ 6º - O período de mandato dos membros será de dois anos, com possibilidade de recondução por igual período;

§ 7º - No término do mandato do Prefeito Municipal, considerar-se-ão dispensados os membros do CMS que representem o Poder Público, ficando estabelecido que os demais representantes continuarão exercendo o mandato até o dia 30 de junho da gestão subsequente.

§ 8º - As funções de membros do CMS não serão remuneradas;

§ 9º - Para cada membro titular do Conselho Municipal de Saúde, será nomeado o seu respectivo suplente.

continua





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Projeto de Lei nº

continua

fls.03

**Art. 4º** - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo presidente ou a requerimento da maioria de seus membros.

§ 1º - As sessões plenárias do CMS instalar-se-ão com presença da maioria de seus membros que deliberarão pela maioria dos votos presentes.

§ 2º - As decisões do CMS serão consubstanciadas em deliberações e homologadas pelo Executivo Municipal.

**Art. 5º** - Caberá aos Conselheiros a designação do Vice-Presidente e do Secretário do Conselho Municipal de Saúde, que deverão ser escolhidos entre seus membros titulares, ou no caso do secretário do CMS, este poderá ser funcionário da Secretaria/Coordenadoria municipal de Saúde, indicado e aprovado pelos membros do conselho.

**Art. 6º** - A organização e o funcionamento do Conselho serão disciplinadas no Regimento interno, aprovado pela maioria de seus membros e homologado pelo Prefeito Municipal.

**Art. 7º** - A Secretaria de Saúde proporcionará a infraestrutura necessária para o funcionamento do Conselho.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Lei Municipais nº 1671 e Lei nº 1905, respectivamente de 13 de agosto de 1991 e de 03 de setembro de 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS de 17 de fevereiro de 2003; 55 da emancipação político-administrativa do município.

  
**ELIAS ABRAHÃO SAAD**  
Prefeito Municipal



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Of. 132/02

Cordeirópolis, 16 de dezembro de 2002

Prezado Senhor:

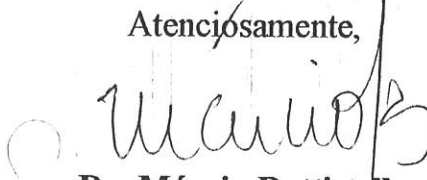
Tem este a finalidade de, em primeira instância cumprimentá-lo cordialmente e aproveitar do ensejo para solicitar a V<sup>a</sup> S<sup>a</sup> que analise a nova Proposta de **Lei de Criação** e Regimento Interno do **Conselho Municipal de Saúde** formulado e aprovado por este Conselho.

O referido pedido se faz necessário devido ao relatório emitido pela DIR XV – Piracicaba que analisou nossa Lei de Criação e Regimento Interno e apontou algumas inconsistências, solicitando que fosse revogada essa Lei e criada uma nova.

Em anexo cópia da Proposta da Lei de Criação de e Regimento Interno do CMS e relatório da Dir XV.

Sem mais, estando a disposição para maiores esclarecimentos, aproveito a oportunidade para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**Dr. Márcio Battistella**  
Secretário Municipal de Saúde e  
Presidente do CMS

*Cond. 19/10/03*  


Ilmo Sr.  
**Edvaldo José Della Coletta**  
Diretor Geral  
Prefeitura Municipal de Cordeirópolis



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

LEI Nº.1671

DE 13 DE AGOSTO DE 1991

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS, DISPÕE SOBRE A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODAIR PERUCHI - Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,  
FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - A avaliação da situação da saúde no âmbito do Município e a proposta de diretrizes para a formação da política de saúde local serão feitas pela Conferência Municipal de Saúde, a ser convocada pelo Prefeito para reunir ordinariamente a cada quatro anos.

Parágrafo Único - A Conferência Municipal de Saúde poderá ser convocada extraordinariamente, a qualquer tempo, pelo Prefeito ou pelo Conselho Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Fica criado, vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito, o Conselho Municipal de Saúde, para atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, bem como para acompanhar e fiscalizar o funcionamento do sistema único de saúde.

Parágrafo Único - Suas deliberações e decisões serão submetidas à homologação pelo Chefe do Executivo.

Artigo 3º - O Conselho Municipal de Saúde será composto por dois (2) representantes do governo, um (1) dos prestadores de serviços e um (1) dos profissionais da área de saúde, e quatro (4) representantes dos vários segmentos sociais, na seguinte conformidade:

- a) um (1) representante dos sindicatos de trabalhadores em atividades urbanas;
- b) um (1) representante das empresas comerciais, industriais e de prestação de serviços;

continua.....

GOVERNO PROGRESSISTA DE





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROÓPOLIS

Lei nº. 1671-de 13.08.91

-continuação-

fls.02

c) um (1) representante dos sindicatos dos trabalhadores em atividades rurais;

d) um (1) representante patronal do setor rural;

e) um (1) representante dos clubes de serviço; e,

f) um (1) representante da Secretaria da Saúde do Estado.

§ 1º - A Conferência Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde terão sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento interno aprovado pelos respectivos colegiados e estabelecida em decreto.

§ 2º - Presidirá a Conferência Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde, o Diretor Municipal de Saúde, como representante nato do governo.

§ 3º - A representação dos usuários na Conferência Municipal de Saúde e no Conselho Municipal de Saúde será sempre paritária em relação ao conjunto dos demais integrantes.

Artigo 4º - Os integrantes da Conferência e do Conselho Municipal de Saúde serão nomeados pelo Prefeito, mediante indicação;

a) das próprias empresas e pessoas prestadoras de serviços na área da saúde, e dos profissionais dessa área, bem como das entidades referidas nas letras "a", "b", "c" e "e" do artigo anterior, convocados publicamente pelo Departamento Municipal de Saúde, para tal finalidade;

b) do Diretor Municipal de Saúde, nos demais casos.

§ 1º - A dispensa de integrantes da Conferência e do Conselho, a pedido, nos termos do parágrafo seguinte ou por inassiduidade, far-se-á por ato do Prefeito.

§ 2º - As entidades referidas no artigo 3º poderão, a qualquer tempo, propor ao Prefeito a substituição de seus representantes, no mesmo momento para o Conselho Municipal de Saúde quanto aos que indicou.

Artigo 5º - O exercício de funções na Conferência Municipal ou no Conselho Municipal de Saúde será considerado relevante para o Município.

Artigo 6º - No término do mandato do Prefeito serão considerados dispensados todos os membros da Conferência Municipal e do





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

Lei nº.1671-13.08.91

-continuação-

fls.03

Conselho Municipal de Saúde.

Paragrafo Unico - O disposto neste artigo se aplica nos casos de vacância.

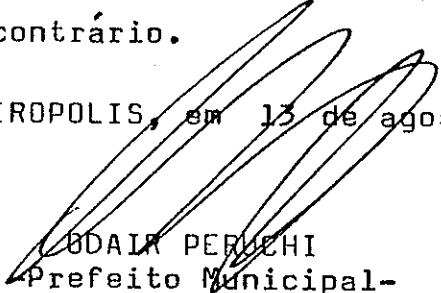
Artigo 7º - O Conselho Municipal de Saúde deverá fiscalizar a gestão do Fundo Municipal de Saúde, requerendo ao setor contábil da Prefeitura Municipal as informações que julgar pertinentes.

Artigo 8º - As propostas da Conferência Municipal de Saúde \_ servirão para subsidiar o Executivo na elaboração dos projetos de lei que aprovem os Planos Plurianuais e dos que estabeleçam diretrizes orçamentárias, para estas colaborando também o Conselho Municipal de Saúde.

Artigo 9º - O Executivo estabelecerá em decreto a organização provisória da Conferência Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde, até que seja aprovada e estabelecida em caráter definitivo nos termos do § 1º do artigo 3º desta lei.

Artigo 10º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS, em 13 de agosto de 1991.

  
ODAIR PERCEBI  
Prefeito Municipal-

Publicada no Paço Municipal de Cordeirópolis, em 13 de agosto de 1991.

  
-Diretor Administrativo-



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

## LEI Nº 1905 DE 03 DE SETEMBRO DE 1997.

ACRESCENTA E RENUMERA ARTIGOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1671, DE 13 DE AGOSTO DE 1991 (CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, DISPÕE SOBRE A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE), NA FORMA QUE ESPECIFICA.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO:**

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de Cordeirópolis, em Sessão de 02/09/97, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei;

**Artigo 1º** - Fica acrescentado na Lei Municipal nº 1671, de 13 de agosto de 1991, o artigo 3º, conforme especifica:

**Artigo 3º** - São competências do CMS:

- a) definir as prioridades da saúde;
- b) estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Saúde;
- c) atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde;
- d) propor critérios para a programação e para as execuções financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a movimentação e o destino dos recursos;
- e) acompanhar, avaliar, fiscalizar os serviços de saúde prestados à população pelos órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do SUS no Município;
- f) definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de saúde públicos e privados integrantes do SUS no município;
- g) definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas, no que tange à prestação de serviços de saúde;
- h) apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;
- i) estabelecer diretrizes quanto à localização e o tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados no âmbito do SUS;
- j) apreciar e deliberar a incorporação ou exclusão ao sistema de saúde, de serviços privados e de pessoas físicas e jurídicas, no que se refere à administração e manutenção do respectivo sistema local e da disponibilidade orçamentária, a partir de parecer exarado pela Secretaria Executiva do CMS;
- l) solicitar, para conhecimento, cópias de balancetes mensais e anuais dos órgãos públicos integrantes do SUS;
- m) incentivar e participar da realização de estudos, promover investigações, pesquisas sobre causas, prevenção e controle de saúde;
- n) discutir e aprovar a integração do plano regional de saúde com outros municípios;
- o) elaborar seu regimento interno;
- p) outras atribuições estabelecidas em normas complementares.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Lei nº 1905/97

continuação

fls.02

**Artigo 2º** - Ficam renumerados na Lei Municipal nº 1671, de 13 de agosto de 1991, os artigos 3º; 4º; 5º; 6º; 7º; 8º; 9º e 10, respectivamente para artigos 4º; 5º; 6º; 7º; 8º; 9º; 10; e 11.

**Artigo 3º** - Fica acrescentado o § 4º, ao artigo 4º da Lei Municipal nº 1671/91 com a seguinte redação:

“§ 4º - o Conselho Municipal de Saúde e a Conferência Municipal de Saúde, além de seus titulares, terão um suplente para cada um deles”.

**Artigo 4º** - Os artigos 5º; 6º; e, 7º da Lei Municipal nº 1671/91 passam a ter nova redação:

“**Artigo 5º** - Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Saúde e da Conferência Municipal de Saúde serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

- a) da autoridade municipal, estadual ou federal correspondente, no caso da representação de órgãos municipais, estaduais ou federais;
- b) das respectivas entidades nos demais casos”.

“**Artigo 6º** - O exercício de função na Conferência Municipal da Saúde ou no Conselho Municipal de Saúde não será remunerado e será considerado relevante para o Município”.

“**Artigo 7º** - No término do mandato do Prefeito as representações do poder público, entidades do Conselho Municipal de Saúde e Conferência Municipal de Saúde, ficarão a disposição do Prefeito que vier a assumir”.


**Artigo 5º** - A Lei 1671/91 será republicada de forma consolidada, com as alterações decorrentes da presente Lei.

**Artigo 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS de 03 de setembro de 1997.

  
**ELIAS ABRAHÃO SAAD**  
-Prefeito Municipal-

Publicada e registrada no Departamento de Administração - Praça Municipal de Cordeirópolis, em 03 de setembro de 1997.

  
**JOSÉ APARECIDO BENEDITO**  
-Coordenador Administrativo-Chefe-  
-Depto de Administração-

**CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**  
Estado de São Paulo

---

**ASSESSORIA LEGISLATIVA**

**PARECER**

**Propositura:** Projeto de Lei de Nº 09, de 18 de fevereiro de 2003, de autoria do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Elias Abrahão Saad.

**Assunto:** Cria o Conselho Municipal de Saúde.

**Parecer:**

Trata-se da criação do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE(CMS), que terá funções de caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, com órgão colegiado superior, responsável pelo Sistema Único de Saúde(SUS) no município de Cordeirópolis, com objetivo de estabelecer, acompanhar e avaliar a política municipal de saúde e efetivar a participação da comunidade na gestão do sistema.

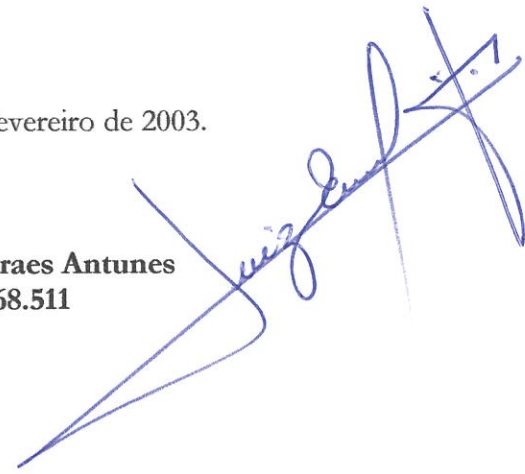
O Município possui plena competência para legislar sobre questões de interesse local(*art. 11, caput, LOM*), em especial, no que concerne à criação do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme previsto no **art. 191 da Lei Orgânica Municipal.**

**Conclusão:**

**De acordo com a manifestação acima, entendemos, S.M.J., que a propositura é LEGAL.**

Cordeirópolis, 18 de fevereiro de 2003.

**Luiz Eduardo Moraes Antunes**  
**OAB/SP.68.511**







# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

*Parecer referente ao Projeto de Lei nº. 9, de 18 de fevereiro de 2003.*

Referida proposição não recebeu emenda durante o prazo regimental.

Quanto aos dispositivos regimentais, nada temos a opor, pois se nota que a propositura preenche todos os requisitos necessários.

Do ponto de vista legal e constitucional, encontra-se em consonância com as disposições vigentes.

Assim, verificamos que não existem impedimentos para a sua tramitação.

Desta forma, julgamos que o presente projeto está apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade.

Sala das Comissões, 5 de março de 2003.

SÉRGIO BALTHAZAR RODRIGUES DE OLIVEIRA  
RELATOR

LUIZ CARLOS DA SILVA  
PRESIDENTE

TERESINHA ANGÉLICA GOMES DE SOUZA  
MEMBRO



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

### **Parecer sobre o Projeto de Lei nº. 9, de 18 de fevereiro de 2003.**

Em pauta pelo prazo regimental, não recebeu emendas.


Inicialmente, o projeto foi enviado à Comissão de Justiça e Redação que, não encontrando impedimentos jurídico-constitucionais ou legais, opinou favoravelmente.

Dando continuidade ao processo legislativo, foi encaminhada a esta Comissão, para que opinasse sobre o mérito do projeto. De nossa parte, concordamos com os argumentos contidos na justificativa que acompanha o presente.


Por este motivo, posicionamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº. 9, de 18 de fevereiro de 2003.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, 5 de março de 2003.

  
CRISTIANO ANTONIO GUARASEMIN  
RELATOR

  
SÉRGIO BALTHAZAR RODRIGUES DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE

  
SEBASTIÃO PEREIRA DUTRA  
MEMBRO





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

R E C E B I

Autógrafo nº. 2218

Cordeirópolis, 12 de 03 de 2003

Cria o conselho municipal de saúde.

A Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta:

**Art. 1º** - Fica criado nos termos da legislação Federal, Estadual e Municipal que regem a matéria, o Conselho Municipal de Saúde – CMS, com funções de caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, com órgão colegiado superior, responsável pelo Sistema Único de Saúde – SUS – no município de Cordeirópolis, com o objetivo de estabelecer, acompanhar e avaliar a política municipal de saúde e efetivar a participação da comunidade na Gestão do Sistema.

**Art. 2º** - Compete ao Conselho Municipal de Saúde:

**I** - Atuar na formulação da estratégia e no controle da execução da política municipal de saúde, incluída os aspectos econômicos e financeiros;

**II** - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços;

**III** – O acompanhamento, a avaliação e divulgação do nível de saúde da população e das condições ambientais;

**IV** – Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, prestadas à população pelos órgãos e entidades públicas e privadas, integrantes do SUS no Município, impugnando aqueles que eventualmente contrariam as Diretrizes da Política de Saúde ou Organização do Sistema;

**V** – Definir, acompanhar e controlar a atuação do setor privado na área da saúde credenciado mediante contrato ou convênio;

**VI** – Aprovar e fiscalizar o plano e aplicação a cargo do Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a movimentação de recursos.

**VII** – Participar em articulação com o Estado, do planejamento e da programação da rede regionalizada de ações e serviços de saúde.

**VIII** – Participar da elaboração e atualização periódica do Plano Municipal de Saúde.

**Art. 3º** - O Conselho Municipal de Saúde será composto por representantes do Poder Público, Prestadores de Serviços de Saúde, de Profissionais de saúde, e de usuários, cabendo a estes últimos representações paritária em relação aos demais, todos nomeados pelo Prefeito Municipal, com a seguinte composição:

Representação do Poder Público:

a) 01 representante da Secretaria Municipal da Saúde ou de Secretaria Estadual de Saúde.

b) 01 representante de Secretarias Municipais.

**II** – Representação dos Prestadores Privados dos Serviços de Saúde:

a) 01 representante de entidades filantrópicas;

b) 01 representante de entidades com fins lucrativos

**III** – Representação dos Profissionais de Saúde:

a) 01 representante de associações de profissionais de saúde.





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## IV – Representação dos usuários:

- a) 01 representante de entidade congregada de sindicatos de trabalhadores urbanos e/ou rurais;
- b) 01 representante de clubes de serviços e de entidades assemelhadas;
- c) 01 representante de associações de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
- d) 01 representante de programa de movimento religioso de defesa da saúde;
- e) 01 representante de associações de moradores.

§ 1º - As indicações dos representantes a que se refere os incisos I, II, III e IV, serão efetuadas pelas respectivas entidades ou pelos participantes dos movimentos populares, e encaminhados ao Secretário da Saúde.

§ 2º - A Secretaria da Saúde dará ampla publicidade ao procedimento de seleção dos membros do Conselho, a fim de que dele participem todas as entidades representativas dos segmentos referidos nos incisos II, III e IV.

§ 3º - Fica vedada a escolha de representante de entidade ou movimento, já com assento no Conselho, para, num mesmo mandato, representar outro movimento ou entidade.

§ 4º - Será dispensado o membro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou seis intercaladas no período de um ano.

§ 5º - O Secretário de Saúde integrará o Conselho na qualidade de membro nato e presidirá, com direito a voz e também a voto de qualidade, que será exercido apenas em caso de empate em duas votações sucessivas.

§ 6º - O período de mandato dos membros será de dois anos, com possibilidade de recondução por igual período;

§ 7º - No término do mandato do Prefeito Municipal, considerar-se-ão dispensados os membros do CMS que representem o Poder Público, ficando estabelecido que os demais representantes continuarão exercendo o mandato até o dia 30 de junho da gestão subsequente.

§ 8º - As funções de membros do CMS não serão remuneradas;

§ 9º - Para cada membro titular do Conselho Municipal de Saúde, será nomeado o seu respectivo suplente.

**Art. 4º** - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo presidente ou a requerimento da maioria de seus membros.

§ 1º - As sessões plenárias do CMS instalar-se-ão com presença da maioria de seus membros que deliberarão pela maioria dos votos presentes.

§ 2º - As decisões do CMS serão consubstanciadas em deliberações e homologadas pelo Executivo Municipal.

**Art. 5º** - Caberá aos Conselheiros a designação do Vice-Presidente e do Secretário do Conselho Municipal de Saúde, que deverão ser escolhidos entre seus membros titulares, ou no caso do secretário do CMS, este poderá ser funcionário da Secretaria/Coordenadoria municipal de Saúde, indicado e aprovado pelos membros do conselho.

**Art. 6º** - A organização e o funcionamento do Conselho serão disciplinadas no Regimento interno, aprovado pela maioria de seus membros e homologado pelo Prefeito Municipal.

**Art. 7º** - A Secretaria de Saúde proporcionará a infraestrutura necessária para o funcionamento do Conselho.



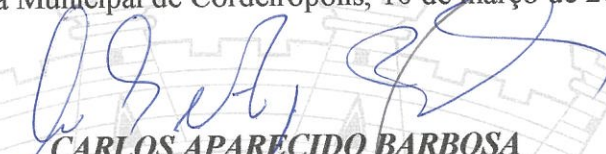


# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS


Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

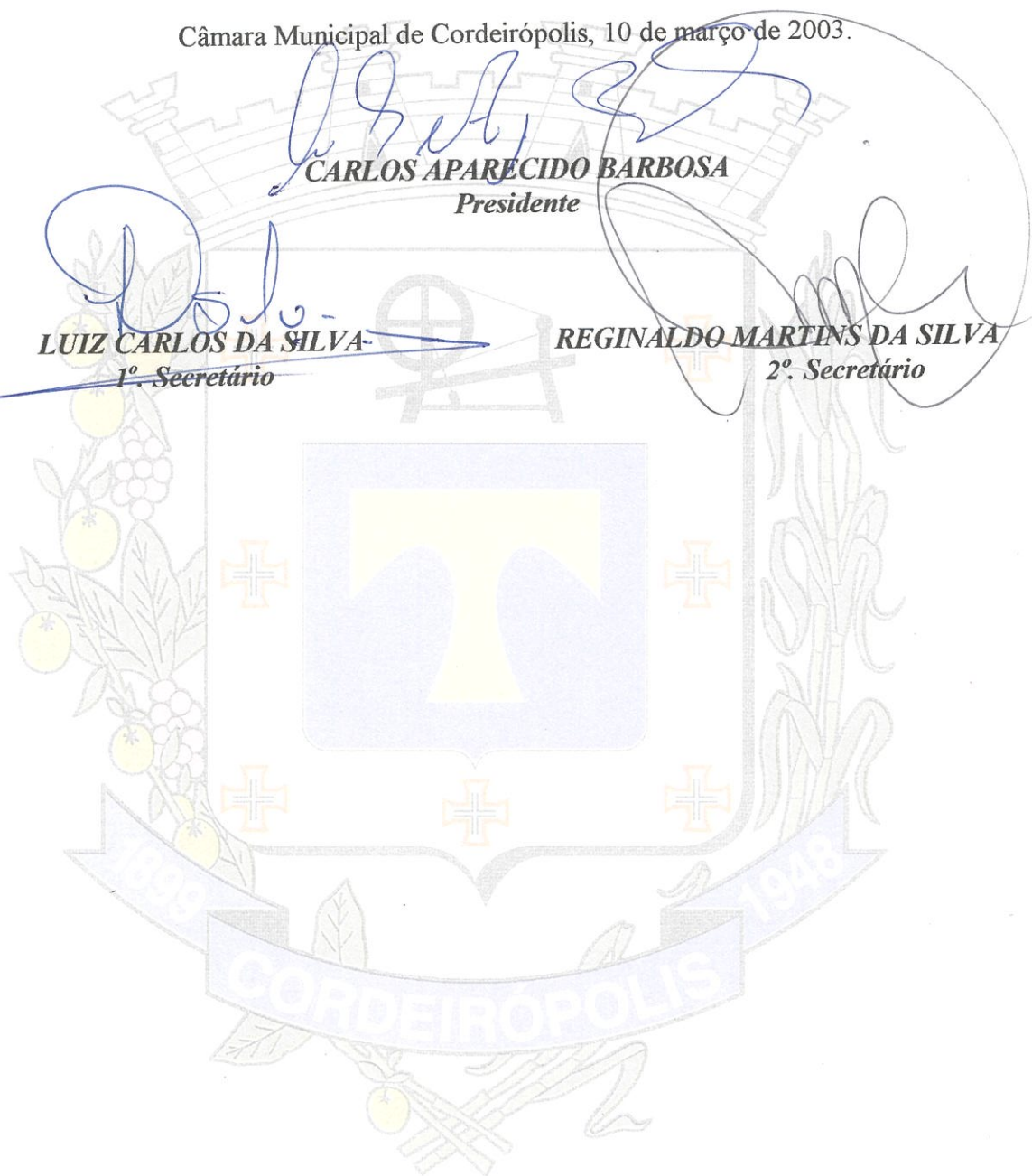
**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis Municipais nº 1671 e Lei nº 1905, respectivamente de 13 de agosto de 1991 e de 03 de setembro de 1997.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 10 de março de 2003.

  
**CARLOS APARECIDO BARBOSA**  
*Presidente*

  
**LUIZ CARLOS DA SILVA**  
*1º. Secretário*

  
**REGINALDO MARTINS DA SILVA**  
*2º. Secretário*





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

## Lei nº 2137 De 18 de março de 2003.

Cria o conselho municipal de saúde.

### **O Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo:**

**Faz Saber** que a Câmara Municipal de Cordeirópolis, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei;

**Art. 1º** - Fica criado nos termos da legislação Federal, Estadual e Municipal que regem a matéria, o Conselho Municipal de Saúde – CMS, com funções de caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, com órgão colegiado superior, responsável pelo Sistema Único de Saúde – SUS – no município de Cordeirópolis, com o objetivo de estabelecer, acompanhar e avaliar a política municipal de saúde e efetivar a participação da comunidade na Gestão do Sistema.

### **Art. 2º** - Compete ao Conselho Municipal de Saúde:

- I - Atuar na formulação da estratégia e no controle da execução da política municipal de saúde, incluída os aspectos econômicos e financeiros;
- II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços;
- III – O acompanhamento, a avaliação e divulgação do nível de saúde da população e das condições ambientais;
- IV – Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, prestadas à população pelos órgãos e entidades públicas e privadas, integrantes do SUS no Município, impugnando aqueles que eventualmente contrariam as Diretrizes da Política de Saúde ou Organização do Sistema;
- V – Definir, acompanhar e controlar a atuação do setor privado na área da saúde credenciado mediante contrato ou convênio;
- VI – Aprovar e fiscalizar o plano e aplicação a cargo do Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a movimentação de recursos.
- VII – Participar em articulação com o Estado, do planejamento e da programação da rede regionalizada de ações e serviços de saúde.
- VIII – Participar da elaboração e atualização periódica do Plano Municipal de Saúde.

**Art. 3º** - O Conselho Municipal de Saúde será composto por representantes do Poder Público, Prestadores de Serviços de Saúde, de Profissionais de saúde, e de usuários, cabendo a estes últimos representações paritária em relação aos demais, todos nomeados pelo Prefeito Municipal, com a seguinte composição:

Representação do Poder Público:

*continua*





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Lei nº 2137/03

continua

fls.02

- a) 01 representante da Secretaria Municipal da Saúde ou de Secretaria Estadual de Saúde.
- b) 01 representante de Secretarias Municipais.
- II – Representação dos Prestadores Privados dos Serviços de Saúde:
  - a) 01 representante de entidades filantrópicas;
  - b) 01 representante de entidades com fins lucrativos
- III – Representação dos Profissionais de Saúde:
  - a) 01 representante de associações de profissionais de saúde.
- IV – Representação dos usuários:
  - a) 01 representante de entidade congregada de sindicatos de trabalhadores urbanos e/ou rurais;
  - b) 01 representante de clubes de serviços e de entidades assemelhadas;
  - c) 01 representante de associações de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
  - d) 01 representante de programa de movimento religioso de defesa da saúde;
  - e) 01 representante de associações de moradores.

§ 1º - As indicações dos representantes a que se refere os incisos I, II, III e IV, serão efetuadas pelas respectivas entidades ou pelos participantes dos movimentos populares, e encaminhados ao Secretário da Saúde.

§ 2º - A Secretaria da Saúde dará ampla publicidade ao procedimento de seleção dos membros do Conselho, a fim de que dele participem todas as entidades representativas dos segmentos referidos nos incisos II, III e IV.

§ 3º - Fica vedada a escolha de representante de entidade ou movimento, já com assento no Conselho, para, num mesmo mandato, representar outro movimento ou entidade.

§ 4º - Será dispensado o membro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou seis intercaladas no período de um ano.

§ 5º - O Secretário de Saúde integrará o Conselho na qualidade de membro nato e presidirá, com direito a voz e também a voto de qualidade, que será exercido apenas em caso de empate em duas votações sucessivas.

§ 6º - O período de mandato dos membros será de dois anos, com possibilidade de recondução por igual período;

§ 7º - No término do mandato do Prefeito Municipal, considerar-se-ão dispensados os membros do CMS que representem o Poder Público, ficando estabelecido que os demais representantes continuarão exercendo o mandato até o dia 30 de junho da gestão subsequente.

§ 8º - As funções de membros do CMS não serão remuneradas;

§ 9º - Para cada membro titular do Conselho Municipal de Saúde, será nomeado o seu respectivo suplente.

continua



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Lei nº 2137/02

continua

fls.03

**Art. 4º** - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo presidente ou a requerimento da maioria de seus membros.

§ 1º - As sessões plenárias do CMS instalar-se-ão com presença da maioria de seus membros que deliberarão pela maioria dos votos presentes.

§ 2º - As decisões do CMS serão consubstanciadas em deliberações e homologadas pelo Executivo Municipal.

**Art. 5º** - Caberá aos Conselheiros a designação do Vice-Presidente e do Secretário do Conselho Municipal de Saúde, que deverão ser escolhidos entre seus membros titulares, ou no caso do secretário do CMS, este poderá ser funcionário da Secretaria/Coordenadoria municipal de Saúde, indicado e aprovado pelos membros do conselho.

**Art. 6º** - A organização e o funcionamento do Conselho serão disciplinadas no Regimento interno, aprovado pela maioria de seus membros e homologado pelo Prefeito Municipal.

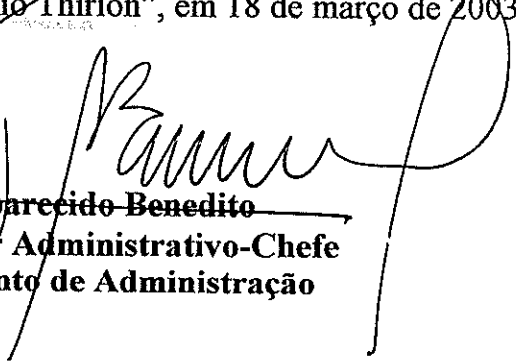
**Art. 7º** - A Secretaria de Saúde proporcionará a infraestrutura necessária para o funcionamento do Conselho.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Lei Municipais nº 1671 e Lei nº 1905, respectivamente de 13 de agosto de 1991 e de 03 de setembro de 1997.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, em 18 de março de 2003; 55 da emancipação político-administrativa do município.

  
**Elias Abrahão Saad**  
**Prefeito Municipal**

Publicada no Paço Municipal "Antonio Thirion", em 18 de março de 2003.

  
**José Aparecido Benedito**  
**Coordenador Administrativo-Chefe**  
**Departamento de Administração**